

PUBLICIDADE LEGAL

Ocupação de lojas vazias pode reposicionar Pop Center

Projeto de Lei n.º 068 prevê a autorização para que lojas sejam ocupadas por microempreendedores individuais (MEIs)

Osni Machado

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

O uso dos espaços comerciais do Pop Center deve ser redefinido com o avanço do Projeto de Lei nº 068, da prefeitura de Porto Alegre. A proposta surge como resposta à crise recente e às transformações do comércio urbano, ao apostar na inclusão produtiva como estratégia de revitalização. O texto prevê a autorização para que lojas atualmente vazias sejam ocupadas por microempreendedores individuais (MEIs) e pequenos empresários. Para a CEO do empreendimento, Elaine Deboni, a medida é essencial neste momento. “Manter lojas fechadas representa uma perda econômica e social significativa, e a ocupação desses espaços é fundamental para a retomada”.

A medida enfrenta um problema concreto, que é a elevada taxa de vacância que compromete a dinâmica econômica do complexo. Hoje, 251 das 772 lojas estão desocupadas, o equivalente a 32,5% do total, índice que impacta diretamente o fluxo de consumidores e a atratividade do espaço. Em um ambiente que historicamente recebe cerca de 30 mil visitantes por dia e garante sustento a aproximadamente 2,5 mil trabalhadores, a ociosidade passou a representar risco à sustentabilidade do modelo.

O cenário está diretamente ligado aos efeitos das enchentes de 2024, que atingiram o Centro de Porto Alegre. Além dos prejuízos materiais, o episódio alterou o comportamento de consumo e reduziu a capacidade de investimento dos lojistas. Nesse contexto, o PL 068 se apresenta como uma estratégia de retomada econômica ao flexibilizar o acesso aos espaços e ampliar as possibilidades de ocupação. A proposta busca reintegrar áreas ociosas ao circuito produtivo e recuperar a vitalidade comercial do Centro Histórico.

Mais do que ampliar o número de lojas ocupadas, o projeto propõe uma mudança no perfil dos empreendedores. Ao abrir



OSNI MACHADO/JC

Hoje, 251 das 772 lojas estão desocupadas, o equivalente a 32,5% do total, índice que impacta diretamente o fluxo de consumidores

espaço para novos negócios formais, a iniciativa retoma a própria origem do Pop Center, criado como política pública para retirar camelôs das ruas e oferecer condições mais dignas de trabalho. Agora, a proposta atualiza esse papel, mantendo o foco na formalização e na inclusão social.

A direção do empreendimento vê na medida uma oportunidade estratégica e reforça que a proposta não altera a essência do Pop Center. Na avaliação de Elaine Deboni, a entrada de MEIs e pequenos empresários tende a promover uma renovação do ambiente comercial, com ampliação do mix de produtos e fortalecimento da atratividade, sem descaracterizar o perfil popular do espaço.

O equilíbrio entre renovação e preservação aparece como um dos pontos centrais do debate. O desafio é incorporar novos empreendedores sem comprometer a identidade que consolidou o Pop Center como referência regional. A prioridade aos comerciantes já estabelecidos perma-

nece como diretriz, enquanto se busca atrair iniciativas alinhadas às novas demandas do público consumidor.

Reportagem do Jornal do Comércio esteve no local e ouviu lojistas sobre a proposta. Um comerciante afirmou que a ocupação das lojas vagas pode ajudar a diluir custos mensais, desde que haja critério no perfil dos novos ocupantes. Ele também defendeu maior fiscalização do comércio informal nas ruas, apontando concorrência desleal, já que camelôs não enfrentam os mesmos custos de estrutura. O lojista relatou ainda que, após as enchentes, as vendas presenciais caíram, enquanto o comércio online ganhou força.

Outro comerciante avalia o projeto como viável e acredita que a medida tende a estimular os negócios. Para ele, a chegada de novos lojistas não representa concorrência direta, mas sim uma ampliação das opções ao público, o que pode fortalecer o fluxo de visitantes.

Um terceiro lojista destacou

que a ocupação dos espaços desocupados pode aumentar o movimento no camelódromo e contribuir para reduzir despesas de condomínio, que passariam a ser melhor divididas. Ele também observou que o impacto das enchentes foi significativo e reforçou que a internet se consolidou como canal de vendas complementar.

Já um quarto comerciante defendeu que mais lojas em funcionamento significam maior circulação de pessoas e crescimento econômico. Ele ressaltou o alto custo de manutenção, com aluguel e condomínio elevados, e afirmou que o movimento atual ainda não é suficiente para cobrir essas despesas. Na avaliação dele, a redução desses custos tornaria o ambiente mais sustentável para os lojistas.

No campo político, a tramitação do PL 068 está vinculada ao debate sobre o futuro urbano da cidade. O projeto deve ser votado na Câmara de Vereadores de Porto Alegre após a apreciação do novo Plano Diretor, que estabe-

lecerá diretrizes para o desenvolvimento da capital nas próximas décadas. A expectativa é de que a matéria avance na sequência desse processo, em alinhamento com as estratégias de requalificação do Centro Histórico.

Nesse contexto, o destino do Pop Center passa a simbolizar uma agenda mais ampla. A eventual aprovação do projeto pode transformar o espaço em um laboratório de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva e à resiliência econômica, ao converter áreas ociosas em oportunidades de geração de renda.

Mais do que preencher lojas vazias, o PL 068 recoloca o Pop Center no centro da estratégia de desenvolvimento econômico da cidade, reafirmando seu papel como ponte entre a informalidade e o mercado formal. Em um cenário de reconstrução, a proposta indica um caminho em que revitalização urbana e inclusão caminham juntas, consolidando o comércio popular como peça-chave na reconfiguração do Centro Histórico.